

Plenário aprova relatório sobre as Contas do Governo de 2002

05/06/2003

O plenário do Tribunal de Contas da União aprovou, por unanimidade, o relatório e pareceres prévios das contas do governo do exercício de 2002. As contas do Poder Executivo foram apreciadas e estão em condições de serem aprovadas, com ressalvas, pelo Congresso Nacional. As contas dos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário, assim como do Ministério Público da União foram aprovadas integralmente.

Em seu parecer, o ministro-relator Ubiratan Aguiar observou que as análises empreendidas nas contas evidenciaram que o Balanço Geral da União expressa os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública federal, no exercício de 2002, não havendo fatos que lhes comprometam a regularidade. No entanto, ele recomenda ao Poder Executivo que adote providências para aperfeiçoar a montagem e elaboração do Balanço Geral da União, de forma a possibilitar uma análise mais efetiva da eficácia das ações relacionadas.

É que foram verificadas inúmeras inconsistências, como, por exemplo, informações errôneas ou incompletas sobre metas previstas e realizadas; ausência de justificativas para os resultados obtidos; conflitos entre os dados constantes dos relatórios e nos quadros demonstrativos da execução das ações, e até ausência de determinados demonstrativos; além de incompatibilidades de informações.

Desigualdades regionais - O relatório registra que as desigualdades regionais persistem. As regiões Nordeste e Norte ainda concentram os maiores bolsões de pobreza e indigência. Aproximadamente 60% da população nordestina pode ser considerada como pobre e desses, aproximadamente 50% podem ser considerados indigentes. Os indicadores de analfabetismo e mortalidade infantil dessas regiões, embora estejam em trajetória decrescente, seguindo uma tendência nacional, são preocupantes, mantendo uma situação centenária de desnível, em prejuízo dos estados mais pobres.

Como exemplo dessas desigualdades, o relatório observa o fato de que dos 15 estados que possuíam o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1991, todos pertenciam às regiões Norte e Nordeste. Dez anos depois, em 2001, essa situação não se alterou. Os 200 municípios em pior situação pertenciam ao Norte e ao Nordeste, enquanto dos 200 em melhor situação apenas um pertencia ao Nordeste (Fernando de Noronha) e um à Região Norte (Belém).

O relatório registra que o sistema federativo não está funcionando, de forma a auxiliar as regiões periféricas a atingirem o desenvolvimento e a auto-sustentabilidade.

Isso porque os recursos destinados a essas regiões acabam retornando para as mais ricas sob a forma de renda proveniente da comercialização de bens e serviços.

Norte e Nordeste não possuem dinâmica econômica capaz de supri-las com os produtos necessários ao seu consumo, fazendo com que praticamente todos os seus estados apresentem significativos déficits comerciais com o Centro-Sul. Em 1998, o déficit foi de 20,7 bilhões, chegando a R\$ 23,7 bilhões em 1999.

O relatório enfatiza, ainda, que enquanto não forem criadas condições estruturantes de molde a dotar essas regiões de um parque produtivo próprio capaz de possibilitar a produção de bens e serviços para si, bem como para vender para as demais regiões, essa situação perdurará. Os programas para os combates às desigualdades regionais, segundo o relatório, são simples políticas compensatórias, tanto sob o ponto de vista econômico, como tributário.

Foram feitas recomendações ao Ministério da Integração Nacional para que agilize a operacionalização das Agências de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste, bem como do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, para a redução das desigualdades regionais.

Ao Ministério da Agricultura foi recomendado que fortaleça a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no sentido de desenvolver novas tecnologias, com vistas ao aprimoramento de linhagem animais e vegetais aclimatadas às regiões menos afluentes, de forma a possibilitar a impulsão de atividades agropecuárias.

Dívida pública - O relatório destaca, também, o crescimento do estoque da dívida pública federal interna. Se avaliada em percentual do PIB, tem-se, no período de 1995 a 2002, um salto de 25,5% para 42%, com crescimento real superior ao do PIB. O volume de gastos com o serviço da dívida, no período, aumentou 459%, contra 44% dos gastos com educação e cultura, saúde e saneamento, 73%, e investimentos, 85%.

O documento alerta que o tamanho do estoque e a estrutura da dívida inviabilizam a capacidade de poupança e investimento do setor público e reforçam a constatação de que apenas a supervisão ministerial não é suficiente para dar transparência necessária à execução dessa despesa, que deve merecer acompanhamento sistemático do TCU.